



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 17 DE JUNHO DE 1998

Estou acompanhando, aqui, o Ministro da Agricultura, assim como o Ministro da Fazenda, porque nós acabamos de tomar algumas decisões que, creio, são de importância, para serem comunicadas por mim ao Brasil.

Nós temos um novo Plano de Safra. E esse novo Plano de Safra é algo que tem sempre um efeito muito grande sobre a produção agrícola no Brasil. Quero dizer, em primeiro lugar, que é um esforço conjunto do Ministério da Agricultura, do Ministério da Fazenda, do Banco do Brasil, enfim, dos órgãos específicos que lidam com essa matéria, para que nós pudéssemos – como conseguimos – ainda em junho definir o custeio da próxima safra.

Por que eu insisto nesse ponto de que “ainda em junho”? Porque uma das maiores reclamações que sempre houve, no Brasil, foi a de que o Plano de Safra, o custeio, vinha sempre já em cima da hora de plantar. Então, quando saía em agosto, às vezes até em setembro, não ajudava a definição dos agricultores.

Agora, não, já faz algum tempo nós temos conseguido apresentar esse plano a tempo, de uma maneira oportuna. Só que, desta vez, como nós estamos num empenho muito grande, como todo o Brasil sabe, de

aumentar a produção, de gerar mais trabalho, de gerar mais empregos e mais riqueza para o País, houve um esforço dessas instituições, que já mencionei, conjuntamente, para que nós pudéssemos aumentar o volume de recursos à disposição dos que vão plantar.

Nós vamos ampliar esses recursos para 10 bilhões de reais. Eles eram, no ano passado, 7 bilhões e 300 milhões. Então, é um aumento considerável de recursos à disposição dos agricultores, para que eles possam plantar.

Mas, além disso, nós temos mais 1 bilhão de reais para investimento, na área agrícola. Dez bilhões e 1 bilhão. Pois bem, a taxa de juros que era paga nesses empréstimos, no ano passado, que já era uma taxa reduzida – para os empréstimos grandes, era de 9,5% ao ano –, nós a estamos reduzindo para 8,75%. Essa é a taxa de juros mais baixa para a agricultura, no Brasil, desde os anos 70. Desde a década de 70, não se havia conseguido oferecer empréstimos, e empréstimos nessa quantidade de recursos, com uma taxa de juros tão baixa.

Então, acho que é alguma coisa que convém que seja apreciada de maneira objetiva pelo País, porque, num momento em que todo mundo está em uma luta contra a taxa de juros, para que nós possamos ter melhores condições de oferta de emprego, o setor agrícola brasileiro vai ter essa oportunidade.

Também quero dizer, no que diz respeito ao pequeno e ao microprodutor, que é atendido por um programa que foi criado por mim, há três anos, o chamado Pronaf, que o pequeno produtor brasileiro nunca teve apoio de banco. A partir do meu Governo, passou a ter.

Pois bem, nós fomos ampliando, também, a dotação para esses empréstimos. No início, era luta muito grande para saber se se conseguiam 500, 600, 700 milhões de reais. No ano passado, já foi 1 bilhão e 500 milhões, entre 1 bilhão e 500 e 1 bilhão e 700, por aí. Pois bem, neste ano nós vamos ofertar 2 bilhões e 300 mil reais para a microprodução, para o pequeno produtor familiar.

E aí, a taxa de juros, que era de 6,5%, passou a ser de 5,75%. Convém dizer que a inflação esperada não chega a ultrapassar 4%. Portanto, na verdade, é uma taxa de juros de 1,75%. Não há outra taxa de juros em

cima dessa produção. Assim como o empréstimo agrícola, que era de 9,5%, passou a 8,75%, passa a ser de 4,75%.

Estou dizendo isso com satisfação, porque não é fácil obter, das várias áreas, mecanismos que permitam, efetivamente, baixar as taxas de juros. Isso se conseguiu porque nós estamos aumentando, também, a capacidade de operar do próprio Banco do Brasil. Então, o custo vai barateando e nós estamos atendendo a um número maior de produtores.

O Ministro da Agricultura, depois, poderá lhes dar os detalhes técnicos. Mas gostaria, ainda, sem que seja um detalhe técnico, é uma coisa importante, de dizer que nós, também, decidimos que vamos destinar 500 milhões de reais para a questão dos insumos agrícolas, para melhorar a qualidade do solo, calcário, a correção do solo. Isso é muito importante, também, porque não havia recursos para correção. Sobretudo os plantadores da Região Centro-Oeste, porque essa região requer uma quantidade apreciável de corretivos do solo, de calcário, não tinham onde apelar, mas agora nós criamos essa possibilidade.

E há mais ainda. Nós também estamos – aí em colaboração com os estados – dando um marco novo à questão da agropecuária. O Brasil conseguiu – foi uma luta grande, que vem de algum tempo. Agora, o Ministro Turra teve a felicidade de conseguir que a produção pecuária do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina fosse considerada – porque é – livre de aftosa. Sendo livre de aftosa, facilita o acesso a mercados externos para a exportação. Acontece que outros estados, progressivamente, nós esperamos, vão incorporar-se também a essa condição livre de aftosa. Mas, até lá, os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina não têm como preservar suas matrizes e o seu rebanho senão retendo o rebanho, porque não têm de onde comprar para a expansão.

Então, nós também colocamos, do Governo Federal, 100 milhões de reais para esses produtores, de tal maneira que eles possam reter o rebanho. A isso vão se somar também alguns recursos que virão dos próprios estados do Brasil para combater a aftosa – e muitos já o estão fazendo – e para também perceberem que, ao combater a aftosa, nós vamos ter que criar também condições de melhor aproveitamento des-

sa abertura que haverá do comércio internacional, dando condições de financiamento para a produção pecuária.

Creio que esses são os dados, assim, mais importantes, em termos gerais. Mas também, antes de finalizar e deixá-los com quem é especialista na matéria, queria dizer-lhes que nós já tínhamos tomado uma decisão, no ano passado, de fazer com que houvesse uma espécie de cheque especial para o produtor rural. Foram feitos mais de 100 mil empréstimos sob essa modalidade. E nós, agora, desburocratizamos e estamos fazendo o Pronaf e o Proger rápidos, o que significa uma facilitação muito grande no processo de obtenção de recursos, com rapidez, para o pequeno produtor. Imaginamos poder alcançar 250 mil produtores, por intermédio desses mecanismos mais desburocratizados.

Finalizo cumprimentando o Ministro da Agricultura, o Ministro da Fazenda e, por intermédio deles, o conjunto de funcionários que se dedica a essa matéria, tanto diretamente, na administração, quanto nos bancos do Governo. E dizer que, progressivamente, dado que nós temos, hoje, uma economia estável, um Governo sério, que busca gente competente, estamos criando condições para fazer o que nunca foi feito: voltar a atender o agricultor. Pela primeira vez na história do Brasil, neste Governo foram criadas linhas de crédito para o pequeno, para quem nunca teve crédito.

Claro que as pessoas – e é natural – ainda vão continuar reclamando. Mas, quando se vai verificar, pela primeira vez na nossa história os bancos oficiais e os recursos do Governo passam às mãos não só dos grandes produtores, os quais, naturalmente, também têm que ser apoiados, mas passam às mãos do micro e pequeno produtor.

É nessa direção que nós devemos caminhar, para que a nossa sociedade se fortaleça cada vez mais e para que o nosso desenvolvimento tenha raízes sólidas, sobretudo raízes bem plantadas, como é o caso aqui, e bem adubadas com dinheiro com juros baratos.

Muito obrigado aos senhores.